

Abordagem para a Criação de Capacidades para Melhorar a Segurança Alimentar em Populações Rurais Pobres do Nordeste FAO TCP/BRA/2904

O Programa Fome Zero - PFZ propõe uma política de segurança alimentar aliada ao desenvolvimento sustentável que visa formular:

- Políticas estruturais voltadas para as causas mais profundas da fome e da pobreza;
- Políticas específicas para atender diretamente às famílias que não têm acesso à alimentação com qualidade, quantidade e regularidade necessárias;
- Políticas locais implantadas pelas prefeituras e pela sociedade civil.

Nessa perspectiva, o Projeto de Cooperação Técnica/BRA/2904 - "Abordagem para a Criação de Capacidades para Melhorar a Segurança Alimentar em Populações Rurais Pobres do Nordeste" - firmado entre a FAO e o antigo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, tem apoiado ações de desenvolvimento em um território do Semi-Árido, por meio de uma metodologia participativa inspirada nos enfoques metodológicos de Comunicação para o Desenvolvimento, de Escola de Campo e de Desenvolvimento Territorial sustentado.

O território onde estão sendo executadas as atividades é composto por oito municípios do Piauí (Queimada Nova, Paulistana, Acauã, Jacobina do Piauí, Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí, Caridade e Patos do Piauí), com 20 comunidades, e três municípios de Pernambuco (Afrânio, Dormentes e Santa Filomena), com 22 comunidades.

A metodologia

A metodologia foi construída a partir de 2003 com o apoio de técnicos e pesquisadores do CIRAD, FAO e Embrapa Semi-Árido, sob a coordenação da última e, posteriormente, foi sofrendo ajustes quando da sua aplicação prática.

Para se atingir o desenvolvimento almejado, especialmente para os agricultores familiares e grupos vulneráveis (público prioritário do Programa), foram previstas duas linhas estratégicas de atuação: a linha política, que deve ser entendida como ação-meio para alcance do desenvolvimento, e a linha técnica, que é a ação-fim.

Na linha política, tem-se buscado a articulação e o entendimento das instituições locais e outras externas ao território em torno de objetivos e métodos comuns de desenvolvimento. Entende-se por território a área geográfica de atuação de um projeto político-institucional que se constrói a partir da concertação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns. Partindo-se do entendimento político, desenvolvem-se projetos

produtivos, sociais, culturais e ambientais, normalmente orientados ou liderados por um projeto dominante ou idéia-guia.

Espera-se que a concertação institucional permita que:

- seja formado um fórum para defender politicamente o desenvolvimento dos territórios;
- se identifiquem responsabilidades para as instituições envolvidas, considerando-se suas competências e áreas de atuação;
- se articulem políticas públicas (municipais, estaduais e federais), recursos e mercados em prol do desenvolvimento do território. O fórum identifica parceiros para multiplicar junto com os mesmos as experiências-piloto do projeto segundo as necessidades identificadas nos territórios.

Tem-se trabalhado para que as instituições envolvidas (locais e externas) considerem a geração de emprego e renda, a melhor convivência com o Semi-Árido, o fortalecimento da agricultura familiar e a segurança alimentar como objetivos primordiais para que se alcance o desenvolvimento territorial. Também, tem-se defendido que os métodos participativos, socialmente justos, ambientalmente equilibrados e economicamente sustentáveis sejam adotados pela articulação institucional.

Na linha técnica, são estimulados três processos casados:

- diagnóstico participativo nas comunidades para identificar os problemas e definir as orientações das ações concretas a serem realizadas;
- capacitação de agricultores familiares e de grupos vulneráveis quilombolas, acampados, indígenas, entre outros - nas áreas temáticas de maior demanda identificadas nos diagnósticos;
- elaboração, implementação e acompanhamento de projetos-piloto, de apoio à capacitação ("aprender fazendo") e que possam ser replicados a partir das decisões do fórum. Quer dizer: tratam-se de processos que para serem sustentáveis e terem garantia de continuidade, precisam do apoio e ações das instituições (especialmente as políticas públicas) que compõem o fórum.

Os participantes

A população envolvida nestas comunidades é constituída por jovens, mulheres e homens da área rural dos municípios e das comunidades negras rurais quilombolas do Estado do Piauí, que participam de atividades nas quais os mesmos aprofundem os seus conhecimentos sobre o clima, a água, a produção agropecuária, os processos de beneficiamento e comercialização da produção, as questões fundiárias, a organização comunitária, entre outros conhecimentos. Com esses conhecimentos, procura-se planejar e realizar ações e construir competências para possibilitar um conhecimento mais amplo sobre o Semi-Árido, em função de uma situação futura melhor. São 1.481 famílias participantes nos municípios localizados no estado de Pernambuco e 665 no estado do Piauí.

Os parceiros

Os parceiros são instituições públicas e privadas do SemiÁrido, sem fins lucrativos, com experiência de atuação nos territórios selecionados em atividades de capacitação, assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária no âmbito do desenvolvimento territorial e convivência com a seca, em especial aquelas de apoio ao Programa Fome Zero, que trabalham de forma articulada, para garantir um método comum de trabalho para a execução das atividades, de forma que os resultados possam ser comparáveis.



Trabalho em equipe



Aula de campo



Armazenamento de forragem (silo)



Hortas comunitárias



Um poço "rosário"



Um menino e uma horta